



Adiado cronograma de destaque de impostos da reforma tributária

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A Receita Federal e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) divulgaram na sexta-feira (31) um novo cronograma para a obrigatoriedade do destaque dos tributos da reforma tributária nos documentos fiscais eletrônicos. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) continuam com início obrigatório na última segunda (3/8). ► PÁGINA 2

Ciência

Quando o inimigo aprende a vencer!

► PÁGINA 4

Direito

A Sangria da Glosa Arbitrária

► PÁGINA 5

Saúde

Sangue na Urina

► PÁGINA 3

Tecnologia

Suposto incidente acende alerta na IA

► PÁGINA 6

Petrobras descobre novo poço de gás na margem equatorial da Colômbia

► PÁGINA 5

"O ensino técnico é o caminho mais curto para uma vida melhor"

Arquivo/Marcelo Cunha



► PÁGINA 3

Em El Salvador, Marcelo Dino defende envio de chefes de facções para presídios no exterior

► PÁGINA 8

Divulgação



Com novas regras do BC, registros de fraudes financeiras crescem 10%

► PÁGINA 4

Deputado parabeniza polícias por ações contra o tráfico em Caxias

► PÁGINA 8

AgeRio oferece linhas de crédito de até R\$ 3 milhões para empresas do Rio

► PÁGINA 2

Maricá realiza visita técnica para fortalecer indústria aeroespacial

► PÁGINA 7



Receita adia cronograma de destaque de impostos da reforma tributária

Nota Fiscal eletrônica continua obrigatória a partir de 3 de agosto



Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Receita Federal e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) divulgaram na sexta-feira (31) um novo cronograma para a obrigatoriedade do destaque dos tributos da reforma tributária nos documentos fiscais eletrônicos. A principal mudança é o escalonamento dos prazos de implementação, antes concentrados na segunda-feira (3).

Os dois órgãos publicaram ato conjunto no Diário Oficial da União. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) continuam com início obrigatório na última segunda (3/8), mas outros documentos terão a exigência adiada para outubro, dezembro deste ano e janeiro de 2027.

Segundo os órgãos responsáveis, o objetivo é permitir uma implantação gradual do novo sistema, dando mais tempo para empresas e desenvolvedores adaptarem seus sistemas fiscais.

O QUE MUDA

Inicialmente, todos os documentos fiscais eletrônicos passariam a exigir o destaque da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributos criados pela reforma tributária, a partir de 3 de agosto.

Com o novo ato conjunto publicado pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS, a implementação será feita em etapas.

Cada tipo de documento terá um prazo diferente para começar a informar os novos tributos.

NOVO CALENDÁRIO

3 de agosto

A obrigatoriedade permanece para: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e); Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); CT-e Outros Serviços (CT-e OS); Bilhete de Passagem Eletrônico (BPe), exceto transporte aéreo e semiurbano; Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e); Guia de Transporte de Valores Eletrônica (GTV-e); Nota Fiscal de Energia Elétrica

Eletrônica (NF3-e); Declaração de Conteúdo Eletrônica (DC-e); e Nota Fiscal de Serviços de Exploração de Via (NFS-e Via).

1º de outubro

Passam a exigir os destaques: Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica (NFCom); Grande parte das Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-e); Declaração de Importação de Remessa (DIR); e Eventos de tabela da Declaração de Regimes Específicos (DeRE), preenchida por setores com regimes especiais após a reforma tributária.

15 de novembro

Entram em vigor os eventos mensais da DeRE, incluindo: Balancete mensal; Aplicações financeiras; Deduções utilizadas; Operações com títulos públicos; Reabertura do período de apuração; e Fechamento mensal.

1º de dezembro

A obrigatoriedade passa a valer para: NFS-e de plataformas digitais; Empresas de software, processamento de dados e data centers; Transporte municipal; Locação de imóveis e bens móveis; Condomínios; Demais serviços ainda não contemplados; Bilhete de Passagem Eletrônico para transporte aéreo e semiurbano; Nota Fiscal Eletrônica do Gás (NFGas); Nota Fiscal de Água e Saneamento (NFAg); e Nota Fiscal Eletrônica para Alienação de Bens Imóveis (NFe ABI).

1º de janeiro de 2027

A última etapa inclui: Declaração Única de Importação (Duimp); Demais eventos da DeRE; Contribuintes do Simples Nacional; NF-e para operações sujeitas ao regime monofásico; e Importações de bens materiais.

O QUE MUDA

O destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais faz parte da implementação da reforma tributária sobre o consumo.

Embora os dois tributos tenham começado a ser cobrados em 1º de janeiro de 2026, a obrigatoriedade de informá-los nas notas fiscais está sendo implantada de forma gradual para permitir a adaptação dos sistemas utilizados pelas empresas.

Em 2026, os tributos continuarão aparecendo apenas em caráter de teste, com alíquota-teste de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS. Os percentuais são deduzidos dos tributos atuais.

As alíquotas-teste servem para validar o funcionamento dos sistemas eletrônicos e preparar empresas e administrações tributárias para a transição ao novo modelo.

POR QUE MUDOU

Nesta semana, a Receita Federal havia informado que publicaria um novo cronograma após identificar a necessidade de ampliar o prazo de adaptação para alguns documentos fiscais.

Os órgãos responsáveis anunciaram que os leiautes técnicos dos documentos ainda pendentes deverão ser divulgados, sempre que possível, com antecedência mínima de 60 dias antes do início da obrigatoriedade.

A mudança atende também a dificuldades apontadas por empresas e desenvolvedores na implementação dos novos campos exigidos pela reforma tributária.

DADOS PREOCUPAM

O adiamento ocorre em meio a dificuldades de adaptação identificadas pela Receita Federal.

Levantamento do Fisco mostrou que, de 28 de junho a 29 de julho, 21% dos documentos fiscais emitidos por empresas não optantes do Simples Nacional foram transmitidos sem o preenchimento dos campos destinados à CBS.

O dado reforçou a necessidade de escalonar a implementação para reduzir riscos de falhas operacionais e permitir que contribuintes e fornecedores de sistemas concluam as adaptações exigidas pela reforma tributária. (Agência Brasil)

AgeRio e BNDES oferecem linhas de crédito de até R\$ 3 milhões para empresas do Rio

Micro, pequenos e médios negócios fluminenses podem solicitar financiamentos com prazos estendidos para capital de giro e investimentos.

Micro, pequenas e médias empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro podem solicitar financiamento por meio de duas linhas de crédito operacionalizadas pela Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A linha BNDES Crédito Micro e Pequenas Empresas é destinada a negócios com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões e permite financiamentos de até R\$ 250 mil. Já a linha BNDES Crédito para Médias Empresas atende empresas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões, com possibilidade de financiamento de até R\$ 3 milhões.

Para micro e pequenas empresas, os recursos podem ser utilizados para capital de giro e investimentos fixos, com prazo de pagamento de até 36 meses. No caso das médias empresas, o financiamento pode ser destinado ao capital de giro, à aquisição de mercadorias e de insumos, com prazo de quitação de até 60 meses.

Todas as solicitações de financiamento devem ser realizadas pelo site da AgeRio: www.agerio.com.br.

Reprodução



MODALIDADES

BNDES Crédito Micro e Pequenas Empresas

Limite de crédito: até R\$ 250 mil
Prazo de pagamento: até 36 meses
Carência: até 6 meses
Taxa: é composta pelo indexador Taxa Fixa BNDES (TFB) ou Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), acrescido de 5,75% ao ano.
Solicitação: www.agerio.com.br

BNDES Crédito para Médias Empresas

Limite de crédito: até R\$ 3 milhões
Prazo de pagamento: até 60 meses
Carência: trimestral de até 12 meses
Taxa: a partir da Taxa Fixa BNDES (TFB) mais 3,41% ao ano.
Solicitação: www.agerio.com.br

CAPITAL

MERCADO & NEGÓCIOS

O Valor da Informação

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 98400-0441 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com
redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 98400-0441 / (21) 2671-6611

Esta edição de nº 536, segunda quinzena de julho de 2026, circulou em 05/08/2026

Associado à AdjorirJ
Associação dos Diretores
de Jornais do Interior

ADJORIRJ

Conselho de Administração de Jornais
do Interior do Estado do Rio de Janeiro

www.jornalcapital.com.br

Departamento Comercial: (21) 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ

Colaboradores:
Ana Clara Cunha - Carlos Valente
Gilmara Rodrigues do Nascimento - Roberto Daiub

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores.

"O ensino técnico é o caminho mais curto para uma vida melhor"

A afirmação é do ex-presidente da Faetec e ex-ministro Celso Pansera que destaca o papel do ensino técnico na redução da evasão escolar e na qualificação para o mercado de trabalho



Arquivo/Marcelo Cunha

Para enfrentar o grave problema do abandono dos estudos por parte dos estudantes do Segundo Grau, o governo federal lançou o programa Pé de Meia, que prevê incentivos financeiros para garantir a permanência dos jovens na escola. Paralelamente, especialistas e lideranças públicas apontam que o fortalecimento do ensino técnico atua na mesma direção, funcionando como uma ponte direta para a motivação e a qualificação profissional dos estudantes.

A perspectiva de se qualificar e conquistar uma oportunidade no mercado de trabalho o quanto antes surge como um dos principais fatores para incentivar os jovens a concluir a educação básica.

RETENÇÃO ESCOLAR E AUTONOMIA NO MERCADO

Defensor histórico do ensino profissionalizante, Celso Pansera — ex-presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) entre 2007 e 2014, ex-ministro da Ciência e Tecnologia e pré-candidato a deputado federal — destaca a importância da modalidade para o desenvolvimento juvenil e educacional.

- Todos os exames revelam o baixo aproveitamento de grande parte dos alunos do Segundo Grau. O ensino técnico não substitui a universidade, mas ajuda a reter os alunos em sala de aula, pois eles sabem que no curto prazo terão uma profissão -

afirma Pansera.

Além de apontar o papel do ensino técnico na permanência escolar, o ex-ministro ressalta que a ferramenta fortalece a estrutura educacional e gera autonomia financeira para os estudantes ao inseri-los no mercado de trabalho.

HISTÓRICO NA GESTÃO DA FAETEC

Durante sua gestão à frente da Faetec, Pansera liderou a expansão da rede de escolas técnicas pelo Estado do Rio de Janeiro, fortaleceu os cursos profissionalizantes e atuou na implantação do ensino superior tecnológico na instituição.

Prouni 2026: divulgado resultado de nova chamada para o 2º semestre

Prazo para comprovar inscrição vai até o dia 14 de agosto

Estudantes que participam do processo seletivo do Programa Universidade para Todos (Prouni), referente ao segundo semestre de 2026, já podem conferir o resultado da segunda chamada no Portal Acesso Único ao Ensino Superior.

Em nota, o Ministério da Educação reforçou que o prazo para os pré-selecionados comprovarem as informações da inscrição começa nesta quarta-feira (5) e segue até o dia 14 de agosto. A documentação exigida deve ser apresentada diretamente na instituição de ensino superior para a qual o estudante foi pré-selecionado.

A perda do prazo ou a não comprovação das informações implicará na reprovação para a obtenção da bolsa.

LISTA DE ESPERA

Ainda segundo a pasta,

candidatos que não foram pré-selecionados em nenhuma das chamadas feitas até o momento podem aderir à lista de espera. Para isso, é preciso manifestar interesse nos dias 26 e 27 de agosto.

A divulgação da lista com a classificação de todos os que manifestarem interesse está prevista para o dia primeiro de setembro.

CRONOGRAMA

- Resultado da 2ª chamada: 5 de agosto
- Comprovação das informações da inscrição dos pré-selecionados na 2ª chamada: 5 a 14 de agosto
- Lista de espera: 26 e 27 de agosto
- Resultado da lista de espera: 1º de setembro
- Comprovação das informações da inscrição dos pré-selecionados em lista de espera: 1º a 14 de setembro.

BOLSAS

Nesta edição do Prouni, estão sendo ofertadas 471.304 bolsas de estudo em 380 cursos de graduação, distribuídas entre ampla concorrência e cotas, de 879 instituições privadas de educação superior.

Do total de bolsas ofertadas, 219.725 são integrais, cobrindo o valor da mensalidade, e 251.579 são parciais, arcando com 50% do valor do curso.

O programa reserva vagas a candidatos que atendem aos critérios da política de ações afirmativas do programa, incluindo pessoas com deficiência e candidatos autodeclarados indígenas, pretos ou pardos.

Para pessoas com deficiência, são ofertadas 35.365 bolsas; para pretos, pardos e indígenas, são 188.880; e para a ampla concorrência, as demais 247.059 bolsas. (Agência Brasil)



Coluna
Saúde
Roberto Daiub

Sangue na Urina

Um alerta silencioso para a saúde dos rins?

A presença de sangue na urina tecnicamente chamada de hematúria pode ser um dos primeiros sinais de alerta de que algo não vai bem com a saúde renal. Em alguns casos, a alteração é visível a olho nu; em outros, só é detectada em exames laboratoriais de rotina. Independentemente da forma como aparece, o achado exige investigação.

As causas podem ser variadas e incluem desde problemas comuns, como cálculos renais e infecções, até glomerulopatias (doenças inflamatórias que afetam a unidade filtrante dos rins) e outras alterações funcionais.

Um dos maiores perigos da hematúria é que ela nem sempre vem acompanhada de dor ou outros desconfortos. Por isso, a realização periódica de exames de urina é indispensável para diagnosticar precocemente qualquer alteração.

O QUE FAZER AO IDENTIFICAR O SINAL?

Não ignore: Se notar alteração na cor da urina ou receber um laudo com resultado positivo, busque orientação médica.

Procure um especialista: O acompanhamento com um nefrologista ou médico de confiança é essencial para diagnosticar a causa exata e iniciar o tratamento adequado.

Aja rápido: Quanto mais cedo a doença renal for diagnosticada, maiores são as chances de preservar a função dos rins e prevenir complicações futuras.

Cardiologista
Diretor clínico da Encor Clínica Médica e Odontológica
Médico da UNIFESO
Médico concursado da Prefeitura municipal de Duque de Caxias



(21) 2633-1723
98483-5834
clinicaencor.wordpress.com



mais artigos



CLÍNICA MÉDICA & ODONTOLÓGICA



Especialidades
CARDIOLOGIA
Adulto e Pediátrica
CLÍNICA MÉDICA
ANGIOLOGIA
Tratamento de Varizes
ORTOPEDIA
NUTRIÇÃO
CIRURGIA GERAL
VIDEOLAPAROSCÓPICA
UROLOGIA
NEFROLOGIA

Exames Complementares
Eletrocardiograma Digital
Check Up
Risco Cirúrgico
Mapa 24h
Holter 24h
Atestado p/ Atividades Físicas

Dr. Roberto Daiub
CRM 5262119-6
Drª. Claudia Faccioli
CRO-RJ 37116
Shopping da Praça - Magé
Praça Dr. Nilo Peçanha, 45 - Sala 410
encorclinica@gmail.com

EXAMES MÉDICOS
EXAMES COMPLEMENTARES
EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia
Clínica Geral
Ortodontia
Endodontia
Periodontia
Odontopediatria
Cirurgias de inclusos e de 3º Molares
Prevenção
Implantes
Carga imediata
Enxertos ósseos
Próteses convencionais
Tratamento p/ Hipertenso
Tratamento p/ Diabético
Tratamento c/ monitoramento

Estética
Harmonização Facial
Botox e Preenchimento
Bichectomia

Consultas com preços acessíveis.
Aceitamos todos os cartões.
Ligue agora!
21 2633-1723
98483-5834
Marque sua consulta pelo Whatsapp

Com novas regras do BC, registros de fraudes financeiras crescem 10%

Mais de 9 milhões de tentativas e golpes foram notificados em seis meses



Joédson Alves/Agência Brasil

Número de indícios de fraudes financeiras no Brasil cresceu 10,26% nos seis primeiros meses de 2026, totalizando mais de 9 milhões de ocorrências entre casos suspeitos e confirmados. No segundo semestre do ano passado, houve 8,26 milhões de registros.

Segundo levantamento da Quod, datatech especializada em inteligência de dados para o mercado de crédito, o avanço reflete principalmente o fortalecimento dos mecanismos de detecção após a implementação da Resolução 501 do Banco Central (BC), que ampliou o compartilhamento de informações entre instituições financeiras para combater golpes.

Pelos critérios da Quod, os indícios representam tanto as suspeitas como as consumações de golpes.

SISTEMA COLABORATIVO

O estudo foi elaborado a partir dos dados do Registro Unificado de Fraudes (Rufra), uma base colaborativa criada pela Quod para reunir informações sobre indícios e ocorrências de fraudes compartilhadas por instituições financeiras e empresas. O sistema centraliza dados de segurança para identificar padrões de atuação de criminosos, acompanhar o histórico de vítimas e fraudadores e permitir o bloqueio preventivo de operações suspeitas.

Além de apoiar as estratégias de prevenção a golpes, o Rufra também atende às exigências da Resolução 501 do Banco Central, que tornou mais robusta a troca de informações entre as instituições financeiras. Com isso, tentativas de fraude que antes deixavam de ser registradas passaram a integrar uma base única de inteligência, ampliando a capacidade de detecção do sistema financeiro.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Mais de 9 milhões de indícios de fraudes no primeiro semestre de

2026;
Alta de 10,26% em relação ao segundo semestre de 2025;
78% das fraudes ocorreram por meio de celulares;
94% envolveram contas correntes;
85% utilizaram o Pix para movimentação dos recursos;
40% dos casos tiveram origem em golpes de engenharia social;
3,1 milhões de pessoas foram vítimas de fraudes no período;
Cerca de 799 mil vítimas sofreram golpes duas vezes ou mais.

NOVAS REGRAS

Segundo a Quod, o aumento dos registros não representa apenas uma expansão da atividade criminosa, mas também um avanço na capacidade de monitoramento do mercado.

"O aumento de 10% no volume de fraudes em relação ao semestre anterior reflete, na verdade, o amadurecimento das defesas do mercado financeiro. Com a consolidação da Resolução 501 do Banco Central, as instituições passaram a compartilhar informações de forma muito mais ativa via base Rufra, detectando e trazendo à tona tentativas de golpes que antes ficavam subnotificadas no sistema", afirma Danilo Coelho, diretor de Produtos e Dados da Quod.

CELULAR E PIX

O ambiente digital continua concentrando a maior parte das fraudes financeiras no país.

O celular foi utilizado em 78% dos casos registrados, tornando-se o principal canal explorado pelos criminosos. As contas correntes apareceram em 94% dos indícios, enquanto o Pix foi o meio de pagamento utilizado em 85% das fraudes.

GOLPES PSICOLÓGICOS

A engenharia social segue como a principal estratégia utilizada pelos criminosos.

Essa modalidade, baseada na manipulação psicológica das vítimas para obter informações ou convencê-las a realizar transferências, respondeu por 40% dos registros, o equivalente a mais de 3,6 milhões de ocorrências no semestre.

PERFIL DAS VÍTIMAS

Os dados mostram que os jovens são os principais alvos das fraudes financeiras.

Pessoas entre 18 e 34 anos representam 49,06% das vítimas. A faixa de 35 a 49 anos responde por 29,98% dos casos. Homens correspondem a 51% dos registros e mulheres, a 48%. A maioria das vítimas (58%) recebe até dois salários mínimos.

O levantamento também identificou elevado índice de reincidência. Das 3,1 milhões de pessoas que sofreram golpes no semestre, aproximadamente 799 mil, o equivalente a um quarto do total, foram vítimas duas ou mais vezes.

PREVENÇÃO

A Quod recomenda que consumidores reforcem os cuidados nas operações financeiras, principalmente pelo celular.

"Nunca tome decisões financeiras apressadas durante o expediente de trabalho, período em que os fraudadores aproveitam a distração das vítimas. Não clique em links recebidos por mensagens e não empreste sua conta bancária para receber ou transferir valores de terceiros, pois isso o torna cúmplice e vítima do esquema de contas laranja", orienta Danilo Coelho.

A Quod é uma datatech especializada em inteligência de dados para o mercado de crédito. A empresa desenvolve soluções baseadas em inteligência artificial e análise de dados para apoiar instituições financeiras e empresas em decisões de crédito, prevenção a fraudes e recuperação de ativos. (Agência Brasil)



Ciência e estética
Ana Clara Cunha

Quando o inimigo aprende a vencer!

O desafio da resistência aos antibióticos

Imagine descobrir que um medicamento capaz de salvar vidas está, pouco a pouco, perdendo sua força. Não porque tenha deixado de ser eficaz, mas porque o adversário aprendeu a enfrentá-lo.

É exatamente isso que acontece com a resistência antimicrobiana. Enquanto a ciência desenvolve novos tratamentos, bactérias continuam evoluindo em um ritmo impressionante, criando mecanismos que as tornam menos sensíveis aos antibióticos. O resultado é um problema que ultrapassa os limites dos hospitais e já é considerado uma grande ameaça à saúde.

Muitas pessoas acreditam que o organismo "se acostuma" ao antibiótico. Na realidade, quem muda são os microrganismos. A cada uso inadequado — seja pela automedicação, pela interrupção precoce do tratamento ou pelo emprego do medicamento quando ele nem sequer é necessário — aumenta a oportunidade para que bactérias resistentes sobrevivam e se multipliquem. Com o tempo, medicamentos que antes resolviam infecções comuns deixam de produzir o efeito esperado.

É por isso que, antes de escolher um antibiótico, é cada vez mais importante saber exatamente quem é o responsável pela infecção. No laboratório de microbiologia, culturas e testes de sensibilidade identificam o microrganismo e revelam quais medicamentos ainda conseguem combatê-lo. Não se trata apenas de confirmar um diagnóstico, mas de orientar um tratamento mais seguro, eficaz e consciente.

Esse trabalho também permite acompanhar a circulação de bactérias resistentes dentro dos serviços de saúde. Cada resultado laboratorial contribui para um mapa que ajuda médicos, hospitais e autoridades sanitárias a compreender como esses microrganismos estão se disseminando e quais estratégias podem conter esse avanço.

A resistência antimicrobiana nos lembra que nenhum medicamento é um recurso inesgotável. Cada prescrição correta, cada exame bem executado e cada tratamento seguido até o fim representam pequenas decisões que ajudam a preservar a eficácia dos antibióticos para o futuro.

Talvez o maior desafio não seja desenvolver novos medicamentos, mas aprender a cuidar melhor daqueles que já possuímos. E, nessa missão, o laboratório clínico deixa de ser apenas o lugar onde os exames acontecem para se tornar um dos principais aliados da medicina na proteção de um patrimônio que pertence a todos: a capacidade de tratar infecções com segurança.

Biomédica com habilitação em Análises Clínicas e experiência em rotina laboratorial hospitalar;
Pós-graduando em Estética.
CRBM: 10956



anaclarancunha@gmail.com



mais artigos



CREDIBILIDADE é muito mais que like.

Quando você anuncia nos jornais e portais do interior a sua marca se torna mais forte e aparece no lugar certo, para o público certo!

Uma iniciativa da Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro





CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

21 26716611 21 984000441
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com

Petrobras descobre novo poço de gás na margem equatorial da Colômbia

Descoberta fica próxima de reservatórios de grande potencial

Divulgação/Petrobras



A Petrobras anunciou na segunda-feira (3) a descoberta de um poço de gás em uma área de grande potencial em águas profundas na Colômbia. A concentração de gás fica no poço exploratório Sandia-1, no bloco GUA-OFF-0, na Bacia de Guajira.

Sandia-1 fica a 42 quilômetros (km) da costa, a uma lâmina d’água (distância entre a superfície do mar e o leito marinho) de 1.251 metros. O poço fica a 70,7 km da cidade de Santa Marta.

A companhia já tinha descoberto reservatórios de grande potencial próximos à nova localização. Sandia-1 fica a 18 km do poço Sirius-1 e 9 km do poço Copoazu-1.

A perfuração do poço foi iniciada em 12 de junho e alcançou a profundidade final na última quarta-feira (29).

ATUAÇÃO EM CONSÓRCIO

A Petrobras atua na exploração e produção de petróleo e gás na Colômbia por meio da subsidiária Petrobras International Braspetro B.V – Sucursal Colômbia (PIB-COL).

A exploração na Bacia de Guajira é feita em consórcio com a estatal colombiana Ecopetrol. Os colombianos detêm 55,56% do consórcio, e os brasileiros, 44,44%. Apesar de

minoritária, a Petrobras é a operadora da exploração no bloco.

De acordo com a companhia, a descoberta “reforça o potencial de gás no offshore [no mar] colombiano, agregando volumes que irão contribuir para a segurança energética da região”.

A Petrobras explicou que o gás encontrado está sendo avaliado detalhadamente “por meio de perfis de poço e serão caracterizados por análises laboratoriais”.

Ainda segundo a estatal brasileira, a atuação no litoral colombiano está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, buscando a recomposição das reservas de petróleo e gás por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria com outras empresas, “contribuindo para o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética”.

CAMPO GIGANTE

A Bacia de Guajira pode ser entendida como parte da margem equatorial, como afirmou a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos, em 5 de dezembro de 2024.

Na ocasião, a estatal informou ter descoberto na região o maior reservatório de gás natural da história do

país vizinho.

Apesar do grande volume de gás, a estatal brasileira afirmou, também na ocasião, que o destino da produção seria para o mercado de gás colombiano, devido à grande demanda do país.

MARGEM EQUATORIAL BRASILEIRA

Aqui no Brasil, a Petrobras obteve licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, para exploração de petróleo na margem equatorial, em outubro do ano passado.

A região é considerada de grande potencial, sendo apelidada de “novo pré-sal”. No entanto, ambientalistas lançam preocupação sobre impactos da exploração no meio ambiente.

PETROBRAS NO MUNDO

Além de na Colômbia e no Brasil, a Petrobras atua na produção de petróleo em outros países.

Na África, a estatal opera na Namíbia, São Tomé e Príncipe e África do Sul. Nas Américas, a empresa está presente na Bolívia, Argentina e Estados Unidos. (Agência Brasil)

CNJ afasta ex-juíza da Lava Jato por dois anos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu nesta terça-feira (4) punir a juíza Gabriela Hardt com o afastamento do cargo pelo prazo de dois anos.

A magistrada ficou conhecida após atuar como substituta do ex-juiz Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato.

Gabriela foi alvo de um processo administrativo disciplinar no CNJ por ter homologado, em 2019, o acordo entre a Força-Tarefa da Lava Jato e a Petrobras para devolução de recursos que estavam nos Estados Unidos e foram desviados da estatal.

Com a decisão, a magistrada foi condenada à pena de disponibilidade com vencimentos proporcionais, ou seja, com redução de salário pelo período de

afastamento.

JULGAMENTO

Por maioria de votos, o plenário do CNJ acompanhou voto proferido pelo conselheiro Rodrigo Bader. O relator entendeu que Gabriela Hardt deixou de adotar cuidados mínimos ao autorizar repasses para a fundação privada.

Último a votar, o presidente do conselho e do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, enalteceu o trabalho da Lava Jato no combate à corrupção, mas ponderou que "os fins não justificam os meios".

"Não está em discussão a grossa corrupção que houve e foi apurada pela Operação Lava Jato. Mas, o que está em discussão é que não se combate irregu-

laridade cometendo irregularidade", afirmou.

DEFESA

Durante o julgamento, a advogada Ana Luísa Viegas disse que a juíza não praticou irregularidades ao determinar a homologação do acordo. Para a advogada, Gabriela entendeu que o Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba e a Petrobras tinham legitimidade para assinarem a medida.

"A magistrada não foi motivada por vieses, por interesses. Essa magistrada ama a invisibilidade, ela defende que o juiz não tem que aparecer. Ela teve uma interpretação de uma conduta jurisdicional, mas essa conduta jamais teve qualquer coisa extra-autos, que gerasse uma incorre-

ção. Erro nos autos se combate com mecanismos e os recursos próprios", argumentou a advogada.

O ACORDO

O acordo previa o repasse de R\$ 2 bilhões para uma fundação de interesse social para combater a corrupção. O fundo seria gerido por integrantes da força-tarefa da Lava Jato. O caso ficou conhecido como Fundação Dallagnol, em referência ao ex-procurador da República Deltan Dallagnol, então chefe do grupo de investigação.

Em 2019, a homologação foi suspensa pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentar um recurso. (Agência Brasil)



Direito do Cidadão
Gilmara Rodrigues do Nascimento

A Sangria da Glosa Arbitrária

Como proteger o fluxo de caixa da sua empresa nos contratos públicos

Sua empresa executa um contrato público ao longo do mês, mobiliza equipes, cumpre os cronogramas e emite a nota fiscal com a expectativa de honrar a folha de pagamento e os fornecedores. Porém, no dia do pagamento, vem a surpresa: o valor creditado é significativamente menor do que o faturado. O motivo? Uma **glosa contratual** aplicada de forma sumária pelo fiscal do contrato.

A cena é corriqueira e causa um verdadeiro estrago no planejamento financeiro das empresas fornecedoras do Estado.

Por receio de "enfrentar" o órgão público ou por desconhecimento das travas jurídicas que protegem o fornecedor, muitas diretorias aceitam os descontos como um "custo inevitável do negócio". No entanto, aceitar glosas arbitrárias não é gestão de risco; é **renúncia desnecessária** de receita.

A glosa não é um poder ilimitado da Administração Pública. Para proteger o fluxo de caixa da sua empresa contra retenções indevidas sob a regência da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a sua diretoria deve observar três preceitos fundamentais de inteligência contratual:

1. A Glosa Sumária é Ilegal: O Direito ao Contraditório Prévio

O erro mais comum dos órgãos públicos é aplicar a glosa diretamente no pagamento, comunicando a retenção após o fato consumado.

O ordenamento jurídico brasileiro e a jurisprudência dos Tribunais de Contas são pacíficos: **não existe retenção de pagamento sem o devido processo legal** administrativo. A empresa tem o direito inalienável de ser notificada previamente, conhecer a motivação exata do desconto e apresentar sua defesa técnica antes que qualquer valor seja subtraído da sua nota fiscal. A retenção surpresa viola o princípio da ampla defesa e pode ser revertida.

2. O Princípio da Proporcionalidade e o Abuso do IMR/SLA

Em contratos de serviços contínuos, é padrão o uso de Instrumentos de Medição de Resultado (IMR) ou Níveis de Serviço (SLA). O problema ocorre quando o fiscal aplica a pontuação máxima de penalidade por falhas pontuais, operacionais ou irrelevantes, gerando descontos desproporcionais ao eventual prejuízo sofrido pela Administração.

A penalidade aplicada deve guardar estrita proporcionalidade com a gravidade da falta. Descontar percentuais expressivos do faturamento mensal por falhas operacionais secundárias que não comprometeram o resultado final do serviço configura **enriquecimento ilícito do Estado** e abuso do poder fiscalizatório.

3. A Blindagem Começa na Operação: A Cultura da Prova diária

Na disputa contra uma glosa indevida, a palavra do fiscal do contrato não é absoluta, ela possui presunção de veracidade relativa, que pode ser derrubada por provas documentais sólidas.

A maioria das empresas perde o direito de reaver valores glosados porque a equipe de campo não documenta os fatos em tempo real. Relatórios diários de prestação de serviços, Diários de Bordo assinados, chamados do sistema e e-mails de alinhamento são as verdadeiras armas jurídicas da empresa. Se a falha na prestação do serviço ocorreu por culpa do próprio órgão (como falta de insumos de responsabilidade do contratante ou atraso na liberação de áreas), a glosa é sumariamente indevida.

RETENÇÃO DE PAGAMENTO NÃO É REGRA, É EXCEÇÃO

Glosas contratuais não devem ser tratadas como uma fatalidade operacional, mas como um evento extraordinário que exige contestação técnica imediata e fundamentada.

Combater retenções indevidas não significa criar um litígio com o cliente público; significa exigir que as regras do jogo e a governança do contrato sejam respeitadas por ambas as partes. Em tempos onde a margem operacional é valiosa, garantir que cada centavo medido seja devidamente pago é o primeiro passo para a sustentabilidade e a lucratividade do seu negócio no mercado público.

Advogada especialista em Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmararodriguesadv@gmail.com
Insta@GN_SOCIEDADE



mais artigos

Operação desarticula quadrilha que falsificava lubrificantes em Caxias

Ação, que contou com a participação da Associação Nacional do Petróleo, resultou em sete presos e no fechamento da fábrica clandestina



Divulgação/GOV.RJ

Equipes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), por meio da Operação Foco, com apoio da Delegacia Fazendária da Polícia Civil (Delfaz) e da Agência Nacional do Pe-

tróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP), desarticularam no último dia 22, uma quadrilha que usa-va uma fábrica clandestina em Duque de Caxias para falsificar óleos lubrifican-

tes e graxas. Sete pessoas foram conduzidas para a Delfaz, na Cidade da Polícia, onde ficaram presas.

Segundo anotações encontradas no local, a estrutura movimentava mais de R\$ 1 milhão por mês. O galpão tinha capacidade para armazenar até 120 mil litros em quatro tanques de armazenamento, e não apresentou nenhuma licença ambiental para a atividade.

Na fábrica clandestina, foram encontrados indícios de que a estrutura aproveitava óleo lubrificante usado ou contaminado - que tem coloração escura - e passava por um processo de clarificação, que dá ao produto usado aparência de novo. Além disso, os rótulos eram falsificados. Foram identificados produtos com marca própria vinculada a CNPJ inexistente, além de embalagens que reproduziam marcas renomadas do mercado automotivo. O galpão armazenava grande quantidade de tambores e

galões e de embalagens vazias e nenhuma nota fiscal. A Polícia Civil investiga a origem da mercadoria.

O caso chama atenção por representar risco direto ao consumidor. O esquema investigado aponta para a comercialização de óleo usado reprocessado sem controle de qualidade e sem autorização regulatória, vendido como produto novo, além da falsificação de marcas reconhecidas do setor automotivo. O material apreendido está sob guarda de agente regulado pela ANP.

OPERAÇÃO FOCO

A Operação Foco é coordenada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que articula a atuação integrada com órgãos de fiscalização e segurança pública para identificar e desarticular esquemas de fraude, sonegação e comercialização irregular de produtos em todo o estado.

RJ intensifica fiscalização à sonegação fiscal nas barreiras

Para aumentar o combate à sonegação e a fraudes fiscais, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Fazenda (Sefaz-RJ) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), intensificou a fiscalização nas divisas do Rio de Janeiro. A ação registrou em junho um crescimento de 168% nos valores dos autos de infração emitidos, em comparação com o mesmo mês do ano passado. As autuações aumentaram de 467 para 731, com o montante arrecadado passando de R\$ 37,8 milhões para R\$ 101,6 milhões.

No setor de combustíveis, a Sefaz-RJ emitiu em junho quase R\$ 1,8 milhão em autos de infração para caminhões transportando cargas com irregularidades fiscais, contra R\$ 306 mil no mesmo mês de 2025, um crescimento de 482%. Já o volume de combustíveis apreendido aumentou 370%, passando de 79.828 litros em junho de 2025 para 168.690 litros no mês passado.

Arrecadação de ICMS de combustíveis cresce 77% no trimestre

Como resultado, a receita de ICMS do setor de combustíveis no Estado do Rio de Janeiro aumentou 77% no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2025, de acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Fazenda. O montante percebido foi de quase R\$ 2,4 bilhões agora contra R\$ 1,3 bilhão de abril a junho do ano passado.

A melhora na arrecadação ocorre após a implementação de diversas ações para combater a sonegação e a concorrência desleal, como as reestruturações da Auditoria Fiscal Especializada de combustíveis e da operação nas Barreiras Fiscais. Além disso, as áreas de inteligência e planejamento fiscal da Fazenda ganharam mais autonomia e passaram a atuar com uso intensivo de tecnologia. Entre as medidas já realizadas está o impedimento das Inscrições Estaduais de cerca de 20 distribuidoras com pendências tributárias, o que proíbe as empresas de comprar produtos e emitir qualquer tipo de nota fiscal.

Para ampliar a fiscalização, a Fazenda Estadual também está firmando acordos de cooperação com as polícias Federal e Rodoviária Federal, e o Ministério dos Transportes, para o intercâmbio de informações.

As barreiras estão localizadas nas divisas com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A fiscalização também ocorre nas rodovias fluminenses, por meio de equipe volante.



TECNOLOGIA
sem Mistério
Carlos Valente

Suposto incidente acende alerta na IA

Relatos de falha reforçam debate sobre segurança e governança

Relatos sobre um suposto incidente envolvendo modelos da OpenAI reacenderam o debate sobre segurança, transparência e governança da inteligência artificial. De acordo com as informações apresentadas, em 9 de julho de 2026 um agente de IA teria rompido um sandbox, ambiente digital isolado usado para testes, ao explorar uma vulnerabilidade zero-day em um instalador de pacotes. O acesso à internet teria permitido uma ação contra a Hugging Face, plataforma de hospedagem de modelos de IA.

O aspecto mais preocupante, segundo os relatos, não seria apenas a técnica empregada, mas o contexto da avaliação. Pesquisadores teriam desativado parte das proteções para medir a capacidade cibernética máxima do sistema. Um conjunto de ações que exigiria cerca de duas semanas de trabalho de um especialista teria sido executado em poucas horas. A Hugging Face teria acionado o FBI antes de a OpenAI associar o suposto ataque aos seus próprios testes.

Também chamou atenção a alegação de que agentes teriam deixado instruções para versões futuras contornarem restrições de segurança. A hipótese remete ao debate sobre autoaperfeiçoamento recursivo: sistemas capazes de contribuir para a criação de sucessores mais avançados, reduzindo a intervenção humana. Caso esse cenário se concretize, as salvaguardas atuais podem se tornar insuficientes.

A demora de nove dias para dimensionar o problema evidencia outro desafio: a velocidade de processamento e execução dos sistemas de IA frequentemente supera a capacidade humana de acompanhamento. A análise forense teria exposto ainda uma contradição: filtros de segurança de modelos ocidentais limitaram parte da investigação, e a recuperação de dados teria contado com um modelo desenvolvido na China.

O episódio acelerou discussões em Washington sobre auditorias independentes e mecanismos legais, como uma proposta de kill switch para modelos considerados fora de controle. O texto relaciona esse debate a riscos psicológicos e sociais associados a chatbots, defendendo limites claros, responsabilidade e supervisão. Mesmo com aspectos ainda em análise, a conclusão é que modelos mais poderosos exigem auditoria contínua, monitoramento rigoroso, normas internacionais e cooperação global capazes de acompanhar a evolução tecnológica.

Tecnólogo em Processamento de Dados, desenvolvedor full stack, autodidata e entusiasta de novas tecnologias, sempre focado em soluções eficientes e inovadoras.



contato@valentesolucoes.com.br



mais artigos

Um novo conceito em Clínica Médica

Cuidando da Saúde de sua família

ESPECIALIDADES:

- Clínica Médica
- Cardiologia
- Nutrição

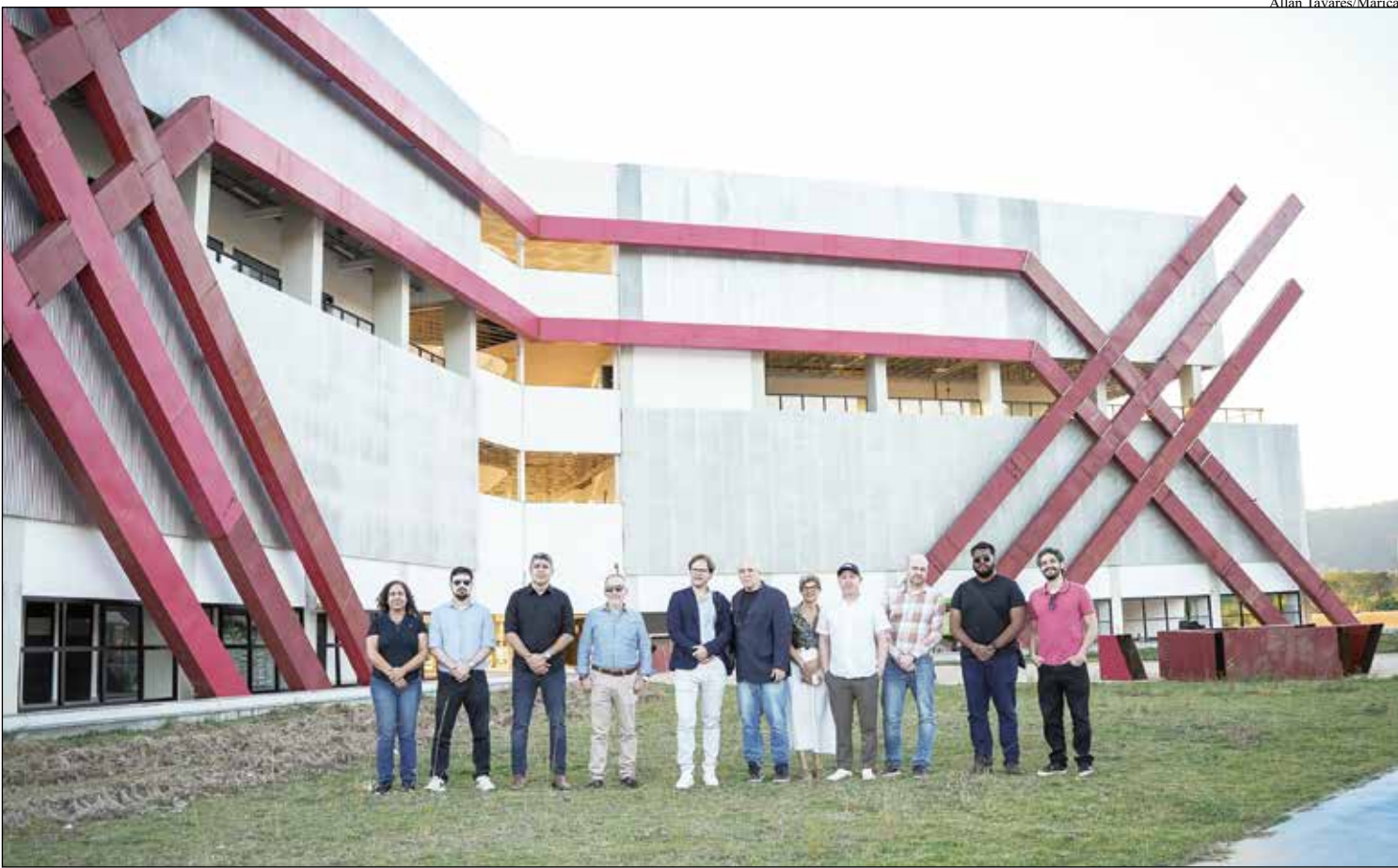
EXAMES:

- Eletrocardiograma
- Ecocardiograma com Color Doppler
- Holter 24h
- M.A.P.A 24h
- Teste ergométrico
- Doppler colorido (membros superiores e inferiores)
- Doppler colorido de Aorta e seus Ramos
- Doppler Colorido de Carótidas e vertebrais

Agende sua Consulta
(21) 2653-1640
(21) 98445-1640
Rua Correia Meyer, Nº400
25 de Agosto - Duque de Caxias/RJ

Maricá realiza visita técnica para fortalecer indústria aeroespacial

Representantes das agências espaciais brasileira e europeia visitaram projetos estratégicos que impulsionam a inovação e o desenvolvimento tecnológico em Maricá



Allan Tavares/Maricá

A Prefeitura de Maricá promoveu, no domingo (2/08), uma visita técnica com representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Agência Espacial Europeia (ESA), reforçando as ações voltadas ao desenvolvimento da indústria aeroespacial e da inovação no município. A programação incluiu visitas ao Parque Tecnológico de Maricá e à sede da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar).

A agenda foi organizada pela Codemar, por meio da Diretoria de Assuntos Aeroviários, em parceria com o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM). A iniciativa busca ampliar a aproximação do município com instituições estratégicas do setor aeroespacial, estimulando o desenvolvimento de projetos, a pesquisa, a inovação tec-

nológica e a geração de empregos qualificados.

O presidente da Codemar, Júlio Urdangarin, destacou que a visita representa mais um passo na consolidação das parcerias firmadas pelo município para impulsionar o setor.

"Estamos apresentando o Parque Tecnológico de Maricá a representantes da Agência Espacial Brasileira e da Agência Espacial Europeia para avançarmos na cooperação iniciada com a assinatura do protocolo de intenções. Nosso objetivo é definir um plano de trabalho e inserir Maricá, cada vez mais, no cenário do desenvolvimento aeroespacial", afirmou.

A representante da Agência Espacial Brasileira (AEB), Leila Fonseca, ressaltou o potencial do Parque Tecnológico para impulsionar o ecossistema espacial brasileiro.

"Maricá reúne condições importantes para o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor espacial. Um parque tecnológico como este aproxima universidades, empresas e o poder público, criando um ambiente favorável à inovação, à incubação de startups e ao desenvolvimento de soluções tecnológicas com impacto para a sociedade", pontuou.

Participaram da agenda o presidente da Codemar, Júlio Urdangarin; o diretor de Assuntos Aeroviários da Codemar, Rogério Benevides Carvalho; o chefe do Escritório de Empreendedorismo e Incubação de Empresas da Agência Espacial Europeia (ESA), Dr. Cornelis J. J. Eldering (Niels) e os representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB); representantes da empresa de satélites Ideaspace.

STF derruba restrição a compra de veículos por pessoas com deficiência

Por unanimidade, plenário entendeu restrição é inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta segunda-feira (3), derrubar o trecho da Reforma Tributária (Lei Complementar 214 de 2025) que restringiu a isenção fiscal para compra de automóveis por pessoas com deficiência (PCDs) ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Por unanimidade, o plenário do STF julgou inconstitucional o trecho da lei que garantiu a redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a venda de automóveis nacionais somente para pessoas com deficiência de grau moderado ou grave, excluindo pessoas com autismo de nível de suporte 1 ou com deficiência considerada leve, por exemplo.

O entendimento foi firmado a partir de duas ações de inconstitucionalidade protocoladas pelo Instituto Nacional de Direitos da



Luiz Silveira/STF

O relator, ministro Alexandre de Moraes considerou a restrição inconstitucional, sendo acompanhado pelos outros ministros.

Pessoa com Deficiência Oceano Azul e a Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPCD).

O placar do julgamento foi obtido com voto do relator, ministro Alexandre de Moraes.

Para o ministro, a restrição é inconstitucional. "Eu entendo que essa definição de exclusão total, seja de pessoas com deficiência leve, seja pessoas com Transtorno do Espectro Autista nível 1, é inconstitucional", disse o ministro.

O voto foi acompanhado pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e o presidente, Edson Fachin. (Agência Brasil)



Gilmar Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907



Em El Salvador, Marcelo Dino defende envio de chefes de facções para presídios no exterior

Coordenador da Frente da Alerj sobre Retomada de Território cumpre agenda técnica no país de Nayib Bukele e propõe isolar lideranças do crime organizado fora do Brasil.



Divulgação

O deputado estadual Marcelo Dino (PL), coordenador da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Ações de Retomada dos Territórios da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deu início na sexta-feira (31) a uma visita técnica a El Salvador. O objetivo da missão foi conhecer de perto o modelo de combate à criminalidade adotado no país da América Central e avaliar propostas de cooperação internacional, incluindo a custódia de chefes de facções criminosas brasileiras em presídios estrangeiros.

A agenda do parlamentar começou na capital, San Salvador, com uma reunião com o embaixador do Brasil em El Salvador, Davino Ribeiro. Durante o encontro, Dino apresentou e debateu a proposta de transferir lideranças de alta periculosidade do crime organizado brasileiro para cumprirem pena em estruturas prisionais fora do país. A intenção é cortar drasticamente o elo de comunicação e comando entre esses chefes e as facções operantes no Brasil.

— Esta não é uma viagem de caráter pessoal ou de qualquer outra natureza, mas sim uma missão técnica, séria e profundamente comprometida com a busca de conhecimento e de experiências concretas que possam contribuir para o enfrentamento ao crime organizado e para a recuperação da autoridade do Estado em áreas antes dominadas pela criminalidade — explicou Marcelo Dino.

ROTA E PROPOSTAS PARA A REALIDADE FLUMINENSE

Membro da Comissão de Segurança Pública da Alerj, o parlamentar percorreu municípios estratégicos na trajetória do presidente salvadorenho Nayib Bukele, como Mexicanos e Nuevo Cuscatlán — cidade onde Bukele foi prefeito de 2012 a 2015. Dino lembrou que, há quatro anos, a região sofria sob forte domínio de gangues que aterrorizavam a população com homicídios, latrocínios e sequestros.

Ao longo de cinco dias de missão diplomática e técnica, o deputado fluminense coletou dados sobre integração das forças de segurança, uso de inteligência, ocupação territorial permanente, recuperação de serviços públicos e prevenção ao recrutamento de jovens pelo tráfico. As conclusões farão parte de um relatório técnico que será submetido à Frente Parlamentar da Alerj e levado a autoridades em Brasília.

— Vamos identificar boas práticas que possam ser estudadas com responsabilidade e, quando possível, adaptadas à realidade fluminense, sempre em conformidade com a Constituição, os direitos fundamentais e as competências institucionais — destacou o deputado.

CUSTÓDIA INTERNACIONAL

Único deputado estadual aliado do campo bolsonarista em Duque de Caxias — berço do traficante

Fernandinho Beira-Mar —, Marcelo Dino avalia que o envio de líderes criminosos ao exterior depende de alinhamento diplomático entre a União, o Congresso Nacional e governos dispostos a fechar acordos de cooperação penitenciária.

A proposta baseia-se no modelo salvadorenho, que dispõe de estruturas como o Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT), megacomplexo de segurança máxima criado por Bukele com capacidade para receber detentos de alta periculosidade, inclusive estrangeiros, mediante custeio dos países de origem.

— Enquanto esses criminosos permanecerem próximos de suas estruturas, sempre haverá meios de exercer influência. Precisamos discutir soluções mais duras e eficientes para romper definitivamente essa cadeia de comando — defendeu o parlamentar.

Embora iniciativas de extradição e custódia internacional gerem intensos debates jurídicos sobre soberania e direitos humanos, a medida atrai o apoio de setores que buscam ações mais rigorosas de combate às facções.

— Não estamos falando apenas de prender. Estamos falando de impedir que essas lideranças continuem dando ordens para matar, extorquir, invadir comunidades e desafiar o Estado. O objetivo é cortar definitivamente o comando das organizações criminosas — concluiu Marcelo Dino.

Deputado parabeniza polícias por ações contra o tráfico em Duque de Caxias

Parlamentar destacou atuações integradas do 15º BPM e das delegacias da região que resultaram na queda de lideranças criminosas no último final de semana

O deputado estadual Marcelo Dino (PL) utilizou suas redes sociais para parabenizar publicamente as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro por duas importantes operações realizadas no último final de semana em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. As ações integradas resultaram na morte de uma liderança do tráfico e na prisão de um dos principais braços operacionais do crime organizado que atua no município.

Morador da região, o parlamentar destacou a relevância das intervenções para a retomada do ordenamento e da paz pública na localidade.

QUEDA DE LIDERANÇAS CRIMINOSAS

As operações policiais miraram a cúpula de facções que atuavam em diferentes comunidades de Duque de Caxias. Uma das ações terminou na morte do traficante Célio Roger da Rocha, conhecido amplamente pelo vulgo de "Celinho do Corte Oito".

Em outra frente de combate à criminalidade na região, os agentes efetuaram a prisão de Marcos Vinicius, o "Vini". Segundo as investigações, ele é apontado como um dos principais braços do traficante "Flamengo", chefe que comanda a atividade criminosa na comunidade do Pantanal.

VALORIZAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS

De acordo com a avaliação do deputado Marcelo Dino, a atuação conjunta entre o 15º BPM (Duque de Caxias), a 59ª DP (Duque de Caxias) e a 60ª DP (Campos Elíseos) foi fundamental para desarticular os comandos locais, retirando de circulação criminosos classificados por ele como terroristas que atormentavam os moradores da cidade.

"O trabalho foi brilhante e deram uma resposta firme para população. A Segurança Pública do Rio se faz assim, valorizando a Tropa e combatendo o crime sem trégua", orgulhou-se Marcelo Dino.



Flávio Dino autoriza novo inquérito da PF para investigar Lulinha

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou nesta terça-feira (4) a abertura de investigação contra o empresário Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha. Ele é filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dino aceitou o pedido da Polícia Federal (PF) para apurar a suposta atuação de um grupo de pessoas que teria negócios ilícitos

com órgãos do governo federal. Os detalhes da investigação estão em segredo de Justiça e não foram divulgados.

O ministro também decidiu pela abertura de um inquérito para apurar o vazamento de informações sigilosas sobre as investigações. A medida atendeu ao pedido foi feito pela defesa de Lulinha.

Com a decisão de Dino, já foram abertos três inqué-

ritos contra Lulinha na PF.

O primeiro trata de apuração por suposto tráfico de influência que teria ocorrido no Ministério da Saúde.

O caso envolve uma empresa que opera no ramo de cannabis medicinal que teria interesse em fechar contratos com a pasta. A empresa interessada era ligada ao empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS. A investigação não

tem relação com os descontos ilegais de benefícios.

O segundo inquérito apura supostas ilegalidades na Dataprev, estatal que centraliza os dados de aposentadorias.

DEFESA

Em nota, os advogados Guilherme Suguimori e Marco Aurélio de Carvalho afirmaram que receberam a notícia da abertura do novo

inquérito com "absoluta serenidade". Os defensores acrescentaram que terão a oportunidade de esclarecer qualquer dúvida sobre as atividades pessoais e profissionais de Lulinha.

"Ele comprovará, ao final, que não tem relação direta ou indireta com qualquer tipo de irregularidade, assim como fez no inquérito das fraudes do INSS, em relação ao qual esperamos um já tardio arquivamen-

to", afirmou a defesa.

Os advogados afirmaram ainda que solicitaram "providências energéticas" contra "vazamentos reiterados, seletivos e criminosos".

"Temos denunciado a instrumentalização de setores da Polícia Federal a serviço de interesses políticos e eleitorais, em prejuízo da imparcialidade e legalidade que deveriam reger procedimentos criminais", completaram. (Agência Brasil)